

A METÁFORA COMO UM MECANISMO DE CONSTITUIÇÃO DO CONSENSO E REPRODUÇÃO DO PODER

Carla Leila Oliveira Campos¹

RESUMO

Inserido no quadro teórico da Análise Crítica do Discurso, este trabalho apresenta uma análise das estruturas metafóricas na representação dos sem-terra. Nosso principal objetivo é compreender como a identidade social desse grupo é representada no discurso, observando as relações de poder e a formação de um consenso em torno da dicotomia Nós/Eles.

Palavras-chave: Metáfora. Discurso. Identidade social. Poder.

Este trabalho se insere no quadro teórico da Análise Crítica do Discurso (ACD). De acordo com essa abordagem, a linguagem deve ser considerada no interior do social, sujeita a investimentos ideológicos e como um importante mecanismo de dominação nas lutas pelo poder. Dessa forma, segundo Fairclough (2001), ao se falar em discurso, tem-se uma visão da linguagem como um modo de ação que possibilita às pessoas agirem sobre o mundo e os outros, e também um modo de representação da realidade. A linguagem passa a ser considerada, portanto, como um mecanismo de coerção que permite que determinados grupos – aqueles que têm maior controle dos recursos discursivos – mantenham domínio sobre os outros. Esse domínio, mais do que pelo uso da força, realiza-se através de práticas discursivas que procuram reproduzir as relações hegemônicas da sociedade de modo que essas pareçam relações naturais, contribuindo, desse modo, para a fabricação do consenso.

Assim, procurando desvendar essas relações de poder e dominação presentes na linguagem, este trabalho tem por objetivo apresentar uma análise dos processos metafóricos presentes em duas reportagens da mídia impressa acerca da questão dos sem-terra no Brasil: “A marcha dos radicais – quem são e o que querem os sem-terra” (reportagem de capa da revista *Veja* de 16 de abril de 1997) e “Eles chegaram lá, o que fazer agora?” (também reportagem

de capa da edição imediata posterior da revista *Veja*).

Do ponto de vista teórico, adotamos a posição assumida por van Leeuwen (1996), de acordo com a qual entende-se que não basta à ACD uma análise puramente lingüística, pois a linguagem deve ser considerada como um fenômeno social e ideológico. Sob essa perspectiva, este trabalho objetiva explicitar como as categorias metafóricas podem ser manipuladas no discurso para justificar determinadas posições sociais e ideológicas, com vistas a estabelecer uma ordem consensual acerca da reforma agrária no país.

QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO DE ABORDAGEM DO CORPUS

Como já afirmado anteriormente, a abordagem da Análise Crítica do Discurso (ACD) toma a linguagem no interior do meio social, compreendendo-a como sujeita a investimentos ideológicos e como importante mecanismo de dominação nas lutas de e pelo poder. Assim, em trabalhos de Análise Crítica do Discurso, pressupõe-se a coexistência de três funções no discurso: a função interpessoal, que diz respeito às formas pelas quais as identidades e as relações sociais são estabelecidas no discurso e ao modo como são representadas e negociadas no discurso; a ideacional, que trata do modo como a linguagem representa a realidade social, cuidando dos modos através dos quais os textos significam o mundo, seus processos de construção de identidades e relações; e, por fim, a textual, que diz respeito ao tratamento da informação. Trabalha-se, assim, com uma concepção de linguagem em que se compreendem as práticas discursivas não só como uma forma de representar a sociedade, mas também como meio para transformá-la. Além disso, presume-se uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, de tal forma que, ao mesmo tempo em que o meio social determina o discurso, esse não opera como mero reflexo, mas como um modo de ação sobre a realidade, determinando-a.

Nesses termos, Fairclough (op. cit.) afirma que a análise do discurso possui um caráter tridimensional, envolvendo a análise textual (que compreende os recursos lingüísticos discursivos e de organização textual), a análise interacional (que compreende as relações entre o sujeito produtor do texto e os destinatários) e a análise sócio-histórica (a qual compreende a relação do discurso com o contexto histórico-social no qual se insere). Dessa forma, considerando o discurso enquanto modo de representação da realidade, mas também enquanto prática social de manipulação dessa mesma realidade, van Dijk (2002) afirma a importância de se considerar, na análise dos textos, as relações entre linguagem, poder e ideologia, estabelecendo-se uma relação entre o micronível de análise,

ou o material escrito – o texto – e o macronível das estruturas sociais de produção. Nessa perspectiva, uma questão de fundamental importância recai sobre o conceito e o papel da escolha como uma operação sobre os recursos disponibilizados pelo sistema. Assim, compreendemos, com van Leeuwen (1996), que o sujeito produtor de textos tem diante de si um sistema lingüístico com seu vocabulário, sua gramática e sua semântica. Cabe, portanto, a este produtor textual a responsabilidade pelos recursos a serem utilizados na representação que faz do mundo, das crenças e dos sujeitos sociais. Trabalhando nessa mesma vertente teórica, Fairclough (op. cit.) afirma que essas representações dos eventos sociais não são transparentes, mas se definem como versões da realidade e, como tais, estão sujeitas ao jogo de interesses, aos objetivos e às posições ideológicas e sociais de seus enunciadores.

Como o nosso objetivo neste trabalho é analisar o modo pelo qual a realidade social é representada no discurso, buscamos identificar e categorizar as marcas lingüístico-discursivas que contribuem para a eficácia do controle discursivo na manipulação da informação e na constituição da ordem consensual, visando à manutenção da ordem de poder vigente.

Para tal, procuramos respeitar as três dimensões analíticas propostas por Fairclough: a descrição das propriedades formais do texto, a interpretação do texto enquanto objeto de interação e a explanação, buscando situar o discurso em seu tempo e momento histórico. Ao descrever as propriedades formais dos textos, portanto, procuramos identificar e analisar os papéis desempenhados pelas metáforas como elementos organizadores das representações textuais. Na análise, por sua vez, preocupamo-nos em observar o modo como tais expressões metafóricas estabelecem as relações entre os sujeitos do discurso.

Finalmente, procuramos, através da inserção do discurso em seu momento sócio-histórico de produção e circulação, responder a questões fundamentais presentes no discurso, compreendendo a identificação das relações de poder ideologia de um determinado grupo social e, por fim, os efeitos do discurso e seu modo de ação nas lutas de e pelo poder.

A METÁFORA COMO MECANISMO DE REPRESENTAÇÃO DA REALIDADE E CONSTITUIÇÃO DO CONSENSO

A metáfora constitui-se em um importante aspecto da linguagem e estudos em torno desse fato lingüístico vêm sendo realizados desde Aristóteles. Assim, na teoria clássica, a metáfora era considerada como um recurso retórico e literário ou um desvio de linguagem.

Somente a partir dos estudos de Reddy e de Lakoff & Johnson, a metáfora passou a adquirir relevância nos estudos da Lingüística. Envolvidos numa concepção cognitivista da linguagem, esses autores propuseram a quebra da visão clássica que propunha uma distinção entre linguagem literal/linguagem metafórica, considerando a segunda como pertencente apenas a textos poéticos e literários. Com seus estudos, esses autores vêm nos mostrar, portanto, que a linguagem metafórica não só está presente na linguagem ordinária, como também em nosso pensamento, estruturando a nossa visão do mundo.

Lakoff (1993) chama essas metáforas de conceituais e diz que elas são um importante mecanismo de raciocínio e conhecimento através do qual organizamos conceitos abstratos e menos estruturados em nossa mente, em termos de conceitos concretos e mais claramente estruturados. O autor define, dessa forma, a metáfora como um mapeamento interdomínios, no qual a estrutura cognitiva de um *domínio origem* é projetada para um *domínio alvo*. Esse mapeamento é baseado na nossa experiência do dia-a-dia e em nossa interação com o meio ambiente e não em similaridades pré-existentes. A metáfora, portanto, não apenas estabelece relações entre diferentes domínios, como cria realidades. Por não se basearem em realidades ou similaridades pré-existentes há, portanto, mapeamentos metafóricos diversos para um mesmo conceito, cada um deles ressaltando um determinado aspecto do domínio mapeado.

Outra importante característica dos conceitos metafóricos, de acordo com a teoria de Lakoff (1993), consiste nas consequências do uso das expressões metafóricas. Ao definirmos um conceito em termos de outro, estaremos transferindo para o domínio alvo toda a estrutura significativa do domínio origem, criando uma realidade que passará a ser vista como verdade para a cultura na qual esse procedimento metafórico está inserido.

Apesar de Lakoff (1993) tratar a metáfora à luz de uma teoria cognitiva, não podemos ignorar a importância da metáfora para a ACD como um recurso lingüístico fundamental na reprodução da ideologia e da dominação. De um lado, como observa Chilton (1995), a teoria cognitiva se refere ao processo de formação de conceitos e não ao resultado desse processo, negligenciando, muitas vezes, o cultural, o social e o político em suas considerações. De outro, ainda que a teoria cognitiva considere a metáfora como um mapeamento cristalizado na mente humana, não podemos nos esquecer de que, ao ser utilizado em um texto, esse mapeamento está sendo ativado por um sujeito histórico, portanto, inserido em uma determinada posição ideológica.

Além disso, não podemos negar o fato de que todo sentido se inscreve em uma historicidade específica, cabendo à ACD a observação das condições sócio-históricas de produção desse sentido. Dessa forma, concordamos com Pedro (1997), quando afirma que a ACD não deve dispensar as estruturas

cognitivas em suas análises, entretanto considerando-as como resultantes das estruturas e processos sociais que formaram a história dos sujeitos e nas quais eles estão localizados.

Também argumentando a favor da necessidade de se considerar a dimensão cognitiva na Análise Crítica do Discurso, van Dijk (2000) afirma que as manifestações lingüísticas, sejam elas orais ou escritas, não existem isoladamente. Nesses termos, os estudos da Análise Crítica do Discurso sempre enfatizam a relevância do contexto para a compreensão de vários aspectos do discurso. Assim, o autor argumenta que, ao mesmo tempo em que consideram relevante nesse contexto o domínio social, o ato global parcialmente realizado pelo texto ou fala, os participantes e seus vários papéis, as relações entre os participantes, o tempo, o espaço e outras propriedades sociais e interacionais, por outro lado, não levam em conta as relações existentes entre essas condições histórico-sociais dos atos discursivos e a dimensão cognitiva envolvida nesse contexto de interação dos participantes do evento comunicativo:

Partes do contexto, contudo, são também algumas propriedades “cognitivas” dos participantes, como seus objetivos, conhecimento e opiniões. Sem levar isso em consideração, não podemos compreender *por que* as pessoas estão falando ou escrevendo, ou como elas demonstram adaptar o que elas dizem ou escrevem ao conhecimento e outras crenças de seus receptores. (VAN DIJK, 2000, p. 1)²

Nesse sentido, ao tratar da questão da metáfora, a ACD está interessada no processo de representação criado por aquela metáfora, ou seja, na forma como o enunciador representa uma determinada realidade via metáfora. Não podemos nos esquecer de que essa representação da realidade é guiada pelas crenças e pela visão de mundo de um determinado grupo social inserido em uma formação ideológica específica.

Assim, ao utilizar a METÁFORA DE GUERRA (1 – *A Marcha dos Radicais*) para se referir à caminhada dos sem-terra a Brasília, o enunciador de *Veja* cria uma representação da realidade e do movimento do MST que vai relacioná-los à violência e à inflexibilidade. Nosso conhecimento de mundo, arquivado como modelos mentais de eventos, no sentido de van Dijk (2000), estabelece conexões entre o ato de “marchar” em direção a uma cidade como uma ação bélica, invasiva e violenta. Nesses termos, através dessa primeira expressão metafórica que intitula a reportagem, já podemos ter uma idéia da posição desse enunciador em relação aos sem-terra, pois, ao ativar um determinado conhecimento por meio de uma expressão lingüística, representa um certo evento social por meio de uma METÁFORA DE GUERRA e, ao

fazer essa referência às ações do MST, ele revela seu lugar de pertencimento a um grupo que não compartilha os mesmos ideais desse movimento que foi objeto de sua representação.

Esse posicionamento do enunciador pode ser observado quando consideramos a análise de outras expressões metafóricas presentes nas reportagens que constituem nosso corpus.

(2) – *A longa marcha*. (mais uma vez se referindo à caminhada do MST rumo a Brasília).

(3) – *Esses marchadores do atraso*.

Essas expressões, além de mais uma vez ressaltar a METÁFORA DE GUERRA, remetem-nos também à METÁFORA DA TRAJETÓRIA. Nesse mapeamento, o conceito de futuro, de progresso está ligado ao conceito de *à frente* e o conceito de passado, ligado a *atrás*, conceitos relacionados com a posição de nosso corpo: na nossa frente, atrás de nós. Isso nos parece interessante, pois aciona o saber de mundo acerca da posição dos grupos sociais. Estar conosco e estar à nossa frente implicam reconhecimento positivo, de apoio ou de futuro, mas estar atrás de nós implica estar atrasado, estar no passado e, portanto, não estar com o grupo. Assim, com o uso dessa metáfora, o enunciador procura mostrar que a caminhada do MST, além de violenta, é a representação do atraso, não condizente com o momento de modernização imposto pela globalização e pela economia de mercado. Aliás, essa dicotomia atraso/modernidade, na qual os sem-terra são representados sempre relacionados ao atraso, é ressaltada outras vezes pelo enunciador, como no recorte a seguir:

(4) *Na era do avião a jato, eles andam a pé. Quando a economia se globaliza, seu ideal é um pedaço de chão com cerca, uma vaca no pasto e uma roça atrás de casa. O mundo caminha no passo da informática e da alta tecnologia, e eles querem trabalhar a terra, enxada na mão.*

Através da instituição dessa dicotomia e da utilização de expressões metafóricas que remetem a atraso, violência e radicalismo, o sujeito enunciador procura a criação de um consenso acerca da questão da distribuição de terras no Brasil. Cria-se um “nós” positivo – a favor da modernização e contra a violência – no qual o enunciador inclui seus leitores em oposição a um “eles” do dissenso – em que estariam inseridos os sem-terra. A formação dessa ordem consensual torna-se possível através da desqualificação do “eles”, colocando-os numa posição contrária e ameaçadora aos ideais do “nós”, como nos exemplos acima apresentados. Neles o sujeito enunciador, ao relacionar o MST à violência,

atraso e inflexibilidade, cria uma oposição entre esses e o “nós” consensual, contrário a todas essas atitudes.

A METÁFORA DE GUERRA é utilizada ainda pelo enunciador para se referir à fala de Stedile, um dos líderes do MST:

(5) – *A esquerda clássica é dogmática, racionalista e arrogante* (fala de Stedile), *fuzila*.

(6) – *Há dois anos, irritado com a falta de instalações adequadas na rodoviária do Tietê, em São Paulo, disparou para sua direção uma carta...*

Ao representar o dizer através do verbo “fuzilar” e “disparar”, o enunciador qualifica o modo de dizer e define a fala e atitudes de Stedile através de conceitos que se relacionam a armas. Ao fazer isso, o enunciador investe ideologicamente em sua caracterização dos sem-terra como violentos e dá continuidade ao processo de exclusão do “eles” da ordem consensual.

Nesse processo de representação e constituição do consenso, o enunciador utiliza também a METÁFORA DO CONTÊINER, presente nas seguintes expressões:

(7) – ... *os sem-terra invadem propriedades*.

(8) – *Eles tomam as terras primeiro, conversam depois*.

(9) – *O risco de nada fazer é conviver com as vagas de sem-terra que invadem e ocupam fazendas pelo Brasil*.

(10) – *São gente brava que invade o terreno onde se funda a ordem capitalista: a propriedade privada*.

A METÁFORA DO CONTÊINER define nações e propriedades privadas como grandes contêineres fechados. Segundo Chilton (1995), o próprio conceito de segurança é definido através da metáfora do contêiner:

Um dos significados associados mais importantes tem a ver com aparar ou proteger. Johnson observa que a experiência de contenção tipicamente envolve proteção de ou resistência a forças externas [tradução nossa]. (CHILTON, 1995, p. 51).³

Ao caracterizar os sem-terra como aqueles que invadem e ocupam propriedades privadas, o enunciador ressalta a oposição “eles”/“nós”, pois cria uma representação dos sem-terra como aqueles que tomam o que pertence ao outro, criando uma identidade ameaçadora do “eles” à segurança do “nós”.

É interessante perceber como esse processo de exclusão é trabalhado na

última expressão metafórica acima citada – (10) – *São gente brava que invade o terreno onde se funda a ordem capitalista: a propriedade privada*. Nessa expressão, o enunciador caracteriza a própria ordem capitalista como um contêiner, ao afirmar que ela se funda em terreno e ao defini-la posteriormente como a propriedade privada. Com isso, ele inclui os leitores da revista *Véja* - muitos deles não possuidores de terras – no grupo de pessoas que se sentem ameaçadas pelos sem-terra, na medida em que esses põem em risco a ordem capitalista e a propriedade privada. Mantém-se, dessa forma, a ordem consensual do “nós” ao se reafirmar a incompatibilidade de valores do “nós” e do “eles” e a ameaça que esses representam àqueles.

(11) – *Enfuzados, os militantes do MST adotam um ideário que casa o sandinismo da Nicarágua com o zapatismo mexicano sob as bênçãos da Teologia da Libertação*.

Nesse exemplo, temos o que Cabral (2000) chama de metáfora intertextual. Para a autora, a metáfora intertextual é aquela que tem uma referência exofórica, mas que alude a textos específicos. Assim, o escritor dirige a interpretação do leitor através do uso de textos que julga ser do conhecimento dele. Dessa forma, ao evocar fatos históricos como o sandinismo, o zapatismo e a Teologia da Libertação para se referir ao MST, o enunciador, ao mesmo tempo em que dirige a leitura de seus interenunciadores, também se exclui da responsabilidade do que disse, transferindo essa responsabilidade para seus leitores, os quais serão “responsáveis” pelas analogias sugeridas pela metáfora intertextual. Através de (11), podemos observar a reafirmação do consenso. O “nós” é aquele que preza pela manutenção da ordem e da não-violência; o “eles” refere-se aos chamados “radicais”, que adotam a violência como ideário, afinal, o uso do artigo definido “os” e a referência ao grupo dos sem-terra em terceira pessoa exclui o enunciador da partilha dos ideais zapatistas, sandinistas e das bênçãos da Teologia da Libertação.

(12) – ... *os pés rapados também querem um lugar ao sol*.

(13) – *Querendo colocar seus integrantes nesse degrau um pouco superior ao da pobreza nua e crua*.

(14) – *Os pés descalços não querem subir tanto, mas também não se conformam com o tão pouco que recebem hoje*.

Essas três expressões metafóricas são baseadas no mapeamento MAIS, É PARA CIMA, no qual se considera o que é bom e racional como estando acima e o ruim, abaixo. O enunciador afirma, na primeira expressão metafórica,

que os sem-terra, no exemplo denominado como os *pés-rapados*, também querem uma melhoria de vida ou “um lugar ao sol”. No entanto, o que poderia ser visto como uma representação positiva dos sem-terra passa a sofrer restrições nos outros dois exemplos que seguem. Neles o enunciador, ao se referir novamente ao “lugar ao sol” almejado pelo MST, ressalta mais uma vez a condição de atraso na qual ele inclui seus integrantes, pois eles “não querem subir tanto” e desejam apenas “colocar seus integrantes nesse degrau um pouco superior ao da pobreza nua e crua”.

Nesses exemplos, confirma-se mais uma vez o processo de exclusão. O uso do advérbio “também”, no primeiro exemplo, que poderia ser interpretado como um desejo de inclusão dos sem-terra no “nós” consensual – assim como nós, eles também querem uma vida melhor, um lugar ao sol – é negado nas duas expressões seguintes, nas quais eles são novamente relacionados ao atraso, não compartilhando, portanto, os objetivos do “nós”.

Relacionando essas expressões às metáforas de guerra, discutidas anteriormente, percebemos como o enunciador vai construindo uma identidade ameaçadora e radical dos sem-terra. Afinal, se seus objetivos são tão pequenos, já que o que eles querem é colocar seus integrantes num degrau um pouco superior ao da pobreza nua e crua, não é justificada a violência adotada pelos integrantes do MST ... *que já mataram e morreram nesses conflitos*.

(15) – *Sem abandonar seus laços com o mundo imenso e miserável de onde saiu, o MST manteve-se como uma organização com vida própria*.

Nesse exemplo, o enunciador faz uso do esquema metafórico LINK (“laços”) e de uma metáfora biológica (“organização com vida própria”). Ao se referir ao esquema LINK, Lakoff (1993) explica que se A está ligado a B, então A é coagido por B e dependente de B. Assim, o enunciador, ao utilizar a metáfora biológica para se referir ao MST, afirma que, ainda que os sem-terra tenham conseguido se manter como uma organização com vida própria, não abandonaram a sua ligação com o mundo miserável. Com isso o enunciador mais uma vez vem reafirmar a condição de atraso na qual ele já localizou diversas vezes o MST, pois, mesmo após ter conseguido sair do mundo de miséria onde vivia, os sem-terra ainda não conseguiram abandonar essa condição. Nesse caso, o enunciador abstém-se e, conseqüentemente, exime “nós” da responsabilidade da condição de miséria e atraso em que os sem-terra vivem. Pois, se eles já conseguiram sair do mundo miserável e se mantêm como uma organização com vida própria, por que não abandonam também os laços que os prendem a esse mundo do qual eles continuam dependentes?

(16) – *É muito esforço, por um tempo largo, mas eles vão em frente.*

O enunciador utiliza a metáfora do tempo para construir sua visão das dificuldades enfrentadas pelos sem-terra e o desejo desses de chegar a algum lugar. O enunciador utiliza para tal os seguintes mapeamentos: TEMPO É UM OBJETO, no caso um objeto mensurável – “largo” – e A PASSAGEM DO TEMPO É UM MOVIMENTO. Nesse segundo esquema, tem-se uma visão de um sujeito que se move ao longo do tempo e, como no esquema *trajetória*, o futuro é visto como algo que está à frente desse sujeito e o passado como o que ficou para trás. Ao localizar os sem-terra como aqueles que vão em frente, poderíamos acreditar que o sujeito enunciador está pretendendo criar uma identidade positiva para eles. No entanto, assim como ocorreu na METÁFORA DA TRAJETÓRIA, ele se utiliza de outra expressão metafórica para especificar aonde os sem-terra pretendem chegar.

(17) – *Antônio Galdino Queiroz, de 57 anos, é desses que engrassaram a romaria ao nada.*

Em (17), o enunciador faz primeiramente uso do que Lakoff (1993) chama de *Image Metaphors*. Segundo o autor, essas metáforas, ao invés de estruturas conceituais, mapeiam imagens mentais num percurso condizente ao das metáforas estruturais. Ao utilizar o verbo *engrassar* para se referir à adesão de um integrante ao MST, o enunciador cria a imagem de um número muito grande de pessoas reunidas. Se tomarmos a expressão “a longa marcha” discutida anteriormente, e o adjetivo “vagas” também utilizado pelo enunciador, podemos perceber como ele procura recriar uma imagem assustadora da caminhada do MST. Tem-se, portanto, a visão de uma grande multidão – *longa e larga* – que vai se espalhando em desordem (*vagas*) e invadindo terras pelo Brasil. Essa imagem se torna ainda mais assustadora se atentarmos para o que nos apresenta o enunciador como sendo o objetivo dessa trajetória, no caso desse exemplo, o *nada*. Através da criação dessa imagem da caminhada do MST, o enunciador reafirma o consenso apresentando uma visão assustadora e ameaçadora do “eles”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo apresentar uma análise das estruturas metafóricas presentes em dois textos da mídia escrita brasileira, procurando

desvendar os processos de dominação e exclusão embutidos nesse procedimento discursivo.

Dessa forma, vimos como, através das duas expressões metafóricas “a longa marcha” e “a marcha dos radicais”, que englobam toda a caracterização dos sem-terra presente nas outras expressões, o enunciador institui uma ordem consensual a respeito da questão da reforma agrária no país. Criou-se um “nós” – no qual o enunciador se insere e insere também seus leitores – e um “eles” – no qual o enunciador localiza os sem-terra. Esses dois grupos instituídos, através da caracterização de um deles como uma ameaça ao outro, apresentam objetivos distintos. Dessa forma, utilizando expressões metafóricas que salientam características negativas para o MST, como violência, radicalismo e atraso, o enunciador cria um processo de exclusão no qual o “eles” jamais poderá se incluir no “nós”.

Esse processo de constituição do “nós” e ao mesmo tempo exclusão do “eles” resulta em uma forma de dominação, na qual o enunciador – ao constituir um “nós forte” e com objetivos compatíveis ao *momento de modernização pelo que atravessa o país* – leva à exclusão e recusa do “eles” e conseqüentemente de sua luta. Nesse processo de busca da constituição do consenso, o enunciador, além de metáforas conceituais, faz uso também de metáforas intertextuais, que ativam processos históricos passados, para a caracterização do momento presente. Além disso, é importante lembrar que todos os verbos utilizados nas expressões discutidas estão em 3ª pessoa, o que exclui o enunciador e, conseqüentemente, o “nós” da partilha dos ideais do “eles”. Segundo Fairclough (2001), trabalhando nessa modalidade objetiva, em que o enunciador se coloca de fora dos enunciados produzidos, permite-se que perspectivas parciais sejam universalizadas, posicionando e moldando os sujeitos sociais e contribuindo para o controle e a reprodução do poder.

METAPHORAS A MECHANISM FOR CONSENSUS BUILDING AND REPLICATION OF POWER

ABSTRACT

Drawing on the theories of Critical Discourse Analysis, this article presents an analysis of metaphors in the representation of the landless movement. Our principle objective is to understand how the social identity of this group is constructed in discourse attempting to power relations and consensus formation in discourse.

Keywords: Metaphor. Discourse. Social identity. Power.

Notas

- ¹ Aluna do Curso de Mestrado em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ. Co-autor Dr. Antônio Luiz Assunção, Professor do Programa de Pós-graduação em Letras – PROMEL – UFSJ.
- Este artigo foi escrito com base em *corpus* reunido durante um projeto de Iniciação Científica, financiado pelo PIBIC/FAPEMIG. A primeira autora é bolsista CAPES.
- ² Part of the context however are also some of the “cognitive” properties of the participants, such as their aims, knowledge and opinions. Without taking into account, we cannot understand *why* people are speaking or writing at all, or how they show adapt what they say or write to the knowledge or other beliefs of the recipients. (van Dijk, 2000, p. 1)
- ³ One of the most important associated meanings has to do with the fending or shielding. Johnson notes that the experience of containment typically involves protection from or resistance to, external forces. (CHILTON, 1995, p. 51).

REFERÊNCIAS

- CABRAL, Loni Grimm. Metáforas e leitura. In: FORTTKAMP, Maíce B. Mota; TOMITCH, Lêda M. Braga. *Aspectos da linguística aplicada: estudos em homenagem ao professor Hilário Inácio Bohn*. Florianópolis: Insular, 2000.
- CHILTON, Paul A. *Security metaphors: Cold War discourse from containment to common house*. New York: Peter Lang Publishing, 1995.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da Universidade Federal de Brasília, 2001.
- LAKOFF, George. The Contemporary Theory of Metaphor. *Home Page of Lakoff*; Berkeley, p.1-46, 1993. Disponível em: <<http://www.lakoff@cogsci.berkeley.1993>>. Acesso em: 24 fev. 1999.
- PEDRO, Emília Ribeiro (Org.). *Análise crítica do discurso*. Lisboa: Caminho, 1997.
- VAN DIJK, Teun A. *Ideology and discourse: a multidisciplinary introduction*. Internet course for the Oberta de Catalunya. Catalunya: UOC, 2000. Disponível em: <www.discourses.org/MainPage2.html> Acesso em: 20 nov. 2004.
- VAN DIJK, Teun A. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 2002.
- VAN LEEUWEN, Theo. *The representation of social actors*. In: CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa (Ed.). *Texts and practices: readings in Critical Discourse Analysis*. London : Routledge, 1996.